



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

“QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL E AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DE COVID-19

MILENA DA SILVA SANTOS ¹

LIANA AMARO AUGUSTO DE CARVALHO ²

Resumo

O texto tem o objetivo de debater as consequências do período pandêmico de covid-19 para a “questão social” brasileira. Assim sendo, respalda-se numa metodologia de análise bibliográfica e documental, com base no método do materialismo histórico-dialético. Apresenta uma análise sobre os fundamentos sociomateriais da “questão social” e problematiza a crise estrutural do capital. Ademais, conclui-se que a pandemia da Covid-19 trouxe consequências sobre a realidade brasileira que ressaltam a combinação do pauperismo relativo e absoluto. Indica ainda que esses problemas podem ter algum viés resolutivo quando se tiver como horizonte uma alternativa a este sistema socioeconômico, que desconsidere o capital como seu sustentáculo.

Palavras-chave: “Questão social”. Brasil. Pandemia. Covid-19.

“SOCIAL ISSUE” IN BRAZIL: the consequences of the COVID-19 pandemic

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Alagoas

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Da Paraíba

SUMMARY

The text aims to discuss the consequences of the pandemic period of covid-19 on the Brazilian “social issue”. For that, it is supported by a methodology of bibliographic and documental analysis, based on the method of historical-dialectical materialism. It presents an analysis of the socio-material foundations of the “social question” and problematizes the structural crisis of capital. Furthermore, it is concluded that the Covid-19 pandemic brought consequences on the Brazilian reality that highlight the combination of relative and absolute pauperism. It indicates that these problems may have some resolute bias when an alternative to this socioeconomic system is considered as a horizon, which does not consider capital as its mainstay.

Keywords: “Social issue”. Brazil. Pandemic. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

O sistema capitalista desenvolve diversas contradições e problemas nas relações sociais, devido ao seu impulso à expansão e ao movimento de acumulação. É um sistema que gera o crescimento da riqueza material e, ao mesmo tempo provoca uma pobreza dos produtores; há a generalização de crises econômicas continuadas; o processo de produção consome recursos naturais e humanos que destrói as condições de reprodução não apenas do próprio sistema do capital, mas também da própria humanidade.

É possível compreender os fundamentos que sustentam essa totalidade social, por meio de uma análise³ profunda do capital e de seu sistema socioeconômico, numa perspectiva histórico-crítica, pode revelar as determinações causais e as reais bases materiais do conjunto de problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, que é denominado de “questão social”.

Observa-se que as expressões da “questão social” se agravaram no contexto pandêmico da Covid-19⁴. Principalmente porque as novas condições objetivas fizeram com que a relação contraditória entre capital e trabalho – que fundamenta o surgimento da “questão social” – aprofundasse os mecanismos de aperfeiçoamento da extração de trabalho excedente.

No Brasil, as consequências econômicas e sociais da pandemia foram evidenciadas: no colapso do sistema de saúde; no aumento do desemprego; na ausência temporária de produção e disponibilidade no mercado de alguns itens necessários (dentre eles alimentos e insumos hospitalares); entre outras. Bem como se manifestou o aprofundamento da “questão social” e, principalmente, a sua expressão do pauperismo.

Destacamos alguns elementos importantes no nosso debate, que dizem respeito aos fundamentos da “questão social” e suas principais expressões, os determinantes da crise econômica do capital na atualidade, para analisar o problema do pauperismo na

3 A pesquisa que resultou neste artigo foi realizada a partir da perspectiva do método crítico-dialético, e teve como procedimentos metodológicos as pesquisas bibliográfica e documental, pela utilização de textos clássicos e contemporâneos, bem como de documentos sob a forma de relatórios e legislações pertinentes à temática estudada. Para extrair as principais contribuições acerca do tema prescrito desse material utilizou-se a técnica de leitura e fichamento dos textos referenciados (ver lista) selecionados a partir dos termos “questão social”, pauperismo e Covid-19. Outrossim, utilizamos como dados de realidade aqueles de fontes secundárias, disponíveis em meio eletrônico.

4A Covid-19 é a doença causada pelo novo Coronavírus, que contaminou e levou a óbito milhões de pessoas em todo o mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde. No Brasil, a pandemia se tornou incontrolável, transformando-o num dos países com mais casos e mortes, que passou a ser considerado uma ameaça sanitária global, no segundo bimestre de 2021, pois, enquanto a Covid-19 regredia em vários países, aqui a média móvel de óbitos chegou a ultrapassar mais de 4.000 casos por dia.

conjuntura da pandemia de covid-19 no Brasil.

2 OS FUNDAMENTOS SOCIOMATERIAIS DA “QUESTÃO SOCIAL”

A “questão social” é temática recorrente no campo de investigação das ciências sociais. Numa perspectiva histórico-crítica, pelo termo se quer significar um “[...] conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da construção da sociedade capitalista [...]” (NETTO, 2006, p. 17), estando, portanto, vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho. Numa concepção não divergente, mas complementar, ela também pode ser compreendida como expressão

[...] do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...] (IAMAMOTO & CARVALHO, 2009, p. 77).

Contudo, é necessário compreender em que determinações essenciais se desenvolveu esta problemática. De acordo com diversos estudos, foi por volta de 1830, período da Revolução Industrial, que o pauperismo da classe trabalhadora começou a tomar forma, em larga escala, na Europa. O pauperismo constituía-se como um fenômeno diferenciado da pobreza até então conhecida, uma vez que ele não estava mais relacionado à escassez da produção material de bens, e muito menos ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, mas a um processo de empobrecimento que passava a ser produzido e reproduzido mesmo diante da abundância de mercadorias.

De acordo com Pimentel (2016), podemos desvelar o processo que origina a “questão social” a partir das formulações de Marx a respeito da Lei Geral da Acumulação Capitalista. Para a referida autora, é possível identificar três dimensões fundamentais acerca da “questão social”, quais sejam: 1) sua dimensão material, que está elucidada na Lei Geral da Acumulação Capitalista; 2) sua dimensão política, que compreende a reação da classe trabalhadora à sua condição de existência e de trabalho; assim como também 3) a intervenção do Estado sobre as expressões da “questão social”, através das políticas sociais, assumindo vários formatos interventivos, a depender da fase do desenvolvimento capitalista, considerando-se o seu movimento de expansão e recessão econômica.

De acordo com as análises de Marx (1988), as determinações mais significativas para a pauperização da classe trabalhadora podem ser encontradas na esfera da produção, regida pela lei da acumulação capitalista, que é determinada pela produção de mais-valia. A

valorização do capital acontece no processo em que o trabalho agrega valor à mercadoria, na esfera produtiva. A contínua compra e venda da força de trabalho gera a contínua reprodução ampliada do capital. O trabalhador depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver, fazendo parte de um ciclo do qual não consegue se livrar sob a lógica do sistema capitalista.

Com o desenvolvimento do sistema do capital, passa existir a expansão da produção e da massa de trabalhadores, isto faz com que se expanda também a escala em que a atração dos trabalhadores pelo capital resulta em uma maior repulsão deles (MARX, 1988). A formação de uma população trabalhadora excedentária é, pois, peculiar ao modo de produção capitalista e é necessária ao desenvolvimento desse sistema. Essa população funda um “exército industrial de reserva”, sempre à disposição do capital, para ter sua força de trabalho explorada.

Assim sendo, com o desenvolvimento da indústria moderna há a transformação de parte da população trabalhadora em desempregados ou semiempregados. Então, quanto mais se intensifica o dispêndio de trabalho sobre a massa de trabalhadores ocupados, mais trabalhadores são descartados da produção, engrossando as fileiras da massa de desempregados. Isso faz com que trabalhadores empregados sejam obrigados a uma maior exploração da sua força de trabalho e a uma maior submissão ao capital. De tal modo, aquele contingente excedentário assume um papel essencial na reprodução do capital e na manutenção dos salários, na medida em que exercem uma pressão sobre a população empregada, principalmente em momentos de estagnação econômica.

Outro ponto essencial destacado por Marx (1988) é que, ao mesmo tempo em que a acumulação multiplica a demanda de trabalho, também multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua liberação, enquanto a pressão dos desempregados força os empregados ao sobretrabalho. Nesse processo, chega um momento em que os trabalhadores começam a perceber que quanto mais trabalham, mais produzem riqueza alheia, e constatam que quanto mais cresce a força produtiva de seu trabalho, como meio de valorização do capital, ela se torna cada vez mais precária para eles. Dessa forma, percebem que o nível de concorrência entre eles depende também da pressão da “superpopulação relativa”; e assim buscam se organizar coletivamente. Esta é a dimensão política da chamada “questão social”, expressando-se pelo momento em que os trabalhadores se articulam e se mobilizam para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho.

O pauperismo, como uma das primeiras formas de expressão da “questão social” e uma das mais evidentes até hoje, expressa-se através do empobrecimento da classe

trabalhadora, à medida que a sua força de trabalho é explorada, mas não ocorre a socialização da riqueza produzida. Historicamente, é sobre esta parcela pauperizada da classe trabalhadora que se dão as primeiras formas de intervenção estatal e atualmente se focalizam através de pífias estratégias. Parece candente que o Estado vem atuando na administração de tais problemáticas para assegurar a reprodução da classe trabalhadora e da “superpopulação relativa”, essenciais para a sobrevivência do capitalismo.

Analisando a Lei Geral da Acumulação Capitalista, percebemos a contradição fundante desse sistema de produção, uma vez que, à medida que o capitalismo produz cada vez mais riqueza, produz também a miséria da classe trabalhadora. O desenvolvimento das forças produtivas permite a expansão da extração de trabalho excedente e, por conseguinte, o crescimento da classe trabalhadora, que se divide entre sua parcela ativa e a de reserva. Quanto maior for esta última, maior é o pauperismo oficial. Os métodos de acumulação de capital são, simultaneamente, métodos de produção de mais-valia, e toda expansão da acumulação torna-se meio de desenvolver este método. Então, a acumulação capitalista tem um caráter antagônico, o qual proporciona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital.

Portanto, pode-se afirmar que a dimensão material da “questão social” está na economia capitalista; sua raiz está na contraditória relação de produção capitalista entre capital e trabalho. A dimensão política da “questão social” evidencia-se na forma de organização e luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho. Assim sendo, as raízes da “questão social” estão diretamente relacionadas à exploração do trabalho no capitalismo, à luta da classe operária na busca do acesso à riqueza produzida e à resistência à exploração de sua força de trabalho pelo capital. Quando a luta da classe trabalhadora se torna uma ameaça à ordem constituída e à reprodução social, o capital utiliza do seu comando político, o Estado, para buscar administrar as sequelas da “questão social”.

Na América Latina e especificamente no Brasil as diversas expressões da chamada “questão social” estão ligadas às particularidades da sua formação social. Ou seja, a materialização dos traços gerais das sequelas do modo de produção capitalista nas particularidades econômicas, políticas, culturais, religiosas e sociais desse lugar do mundo. Requer que se atente ainda “na visibilidade aos sujeitos que, por meio dos seus esforços, conflitos e lutas atribuem a densidade política à *questão social* na cena pública” (IAMAMOTO, 2012, p. 146).

Observando-se a história do Brasil e a importância da colonização para a

interpretação da sua realidade contemporânea (PRADO JÚNIOR, 2008), podemos dizer que as expressões da questão social no Brasil – em especial o pauperismo – é determinada pelas formas estruturais de apropriação/expropriação dos países de capitalismo central operadas ainda no processo de colonização até a república, obedecendo a sua característica ineliminável: a exploração do trabalho, o que reforça a sua posição de subalternidade e dependência.

3 CRISE E LIMITES DO CAPITAL

De acordo com Mézáros (2011), o capital está em uma profunda crise desde o final da década de 1960. Esta crise se caracteriza, basicamente, por ser sistêmica e estrutural. Atinge todas as esferas produtivas, em escala planetária. Desenvolve-se de forma lenta e seu período temporal é extenso, podendo ser permanente, pois até o momento não se encontram indícios de que o capital tenha retornado para o patamar de lucratividade anterior. Esta crise, por ser eminentemente estrutural, evidencia os limites absolutos deste sistema.

A tendência a uma maior concentração e à centralização de capitais aprofunda as contradições do próprio sistema. Por mais que os capitalistas e seus representantes na esfera política do Estado busquem saídas da crise do sistema, o próprio capital não consegue mais deslocar suas contradições de forma eficiente. Se antes as estratégias implementadas para retomada do crescimento econômico ofuscavam os efeitos destrutivos do sistema, hoje fica evidente que a desigualdade social cresce cada vez mais, que a miséria se alastra para a maior parte da população mundial, que o desemprego se torna crônico, que o estilo de vida e a produção do capital destroem o meio ambiente e, por consequência, ameaçam a sobrevivência da própria humanidade.

Por estes e outros motivos, na concepção de Mézáros (2011), é necessário à própria humanidade enfrentar o desafio de buscar uma alternativa que, não apenas reforme este sistema, atenuando algumas de suas contradições, mas enfrente de forma ofensiva os fundamentos que mantêm o próprio capital, superando-o em seus aspectos basilares – sustentado pelo trabalho assalariado e pelo Estado Moderno.

As crises econômicas fazem parte do seu sistema do capital. Porém, os determinantes da crise estrutural são diferentes daqueles de uma crise cíclica. A crise estrutural se diferencia das crises cíclicas principalmente por quatro fatores: diferentemente

dessas últimas, a primeira tem um caráter *universal*, perpassando todas as esferas produtivas, e não fica restrita a algumas esferas; ela é *global*, atingindo todos os países; não é temporária, uma vez que tem uma *escala de tempo extensa, contínua e permanente*; e, além disso, ela é diferente de uma crise que se instala rapidamente, podendo gerar quebra de bolsas, como foi a crise de 1929, pois desenvolve-se de forma *rastejante* e, aos poucos, atinge as esferas produtivas e as economias dos países, não demonstrando sinais de recuperação.

A produção capitalista chegou a um patamar em que existe um excesso de produção que tem dificuldade de valorização. Assim, o sistema do capital entrou num processo de maior dificuldade de expansão e acumulação contínua de riquezas, com maiores dificuldades de deslocar suas contradições. A crise estrutural atual do capital é também determinada pela abundância da produção de mercadorias que se desvalorizam, o que provoca a diminuição da margem de expansão e acumulação do capital. Abundância não apenas de mercadorias produzidas, mas também de capital que tem dificuldade de investimento e valorização – principalmente na esfera financeira, com a especulação através do capital fictício e o sistema da dívida pública.

Sobre a tendência do capital ao enfrentamento de suas crises para o impulso necessário ao seu imperativo autorreprodutivo, Mészáros (2011) alude sobre o mecanismo do próprio sistema do capital em deslocar suas contradições em momentos necessários para dar continuidade a sua autorreprodução ampliada. Este conceito de “deslocamento” adquire significado diante dos limites últimos do capital como sistema global. O deslocamento acontece de forma a “postergar”, e não acabar, os problemas, utilizando “válvulas de escape” disponíveis e provocando a extensão das fronteiras historicamente dadas do capital, todavia não eliminando seus limites estruturais objetivos. Porém, se o mecanismo de deslocamento de contradições funciona de forma a ajudar o capital a superar as crises periódicas, o mesmo não acontece diante da crise estrutural.

Então, enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema – ou seja, não estrutural – é possível o deslocamento das contradições do capital através de mudanças no interior do próprio sistema. Na crise estrutural, a existência do complexo global envolvido é ameaçada, exigindo sua transcendência e substituição por um complexo alternativo. Porém, a crise estrutural não pode ser resolvida em termos de simples expansão da produção de riqueza, será necessária uma reorientação radical da produção, para não mais se subordinar à reprodução do capital. Uma produção de riqueza voltada para a necessidade e o uso.

A crise estrutural tem manifestações que podem ser identificadas nas várias dimensões internas do sistema do capital. Em todas elas o capital tem a tendência a superar as barreiras que encontra à sua expansão e acumulação. Enquanto o capital, mesmo em sua crise estrutural, encontrar estes mecanismos de auxílio ao seu movimento, ele continua a se reproduzir.

De acordo com Mézáros (2011), a crise atual se relaciona a perturbações cada vez maiores do movimento de autoexpansão do capital. Esta crise tende a romper o processo normal de crescimento e pressagia a falha vital do deslocamento das contradições acumuladas do sistema do capital.

Sobre o agravamento do conjunto das crises econômicas na contemporaneidade, Mézáros atenta para o fato de que, enquanto a relação capital prevalecer, “[...] não haverá grandes tempestades a intervalos razoavelmente distantes, mas precipitações de frequência e intensidades por todos os lugares” (2011, p. 697). Assim, as antigas constâncias de crises, podem se tornar, em porções menores diárias, a “normalidade” do capitalismo atual. Isso pode acarretar, em princípio, que os picos das crises periódicas sejam substituídos por um padrão linear de movimento do capital.

A crise estrutural evidencia o colapso de alguns mecanismos e determinações que são vitais para a permanência saudável do sistema de autorreprodução ampliada do capital. Enquanto as crises anteriores ainda podiam ser superadas devido ao capital dispor das “válvulas de escape” para a retomada do seu contínuo autoreprodutivo, a crise estrutural exige soluções estruturais adequadas, do contrário apenas multiplica os problemas.

A reflexão de Mézáros (2011) sobre as tentativas em solucionar a crise estrutural é extremamente relevante, na medida em que esclarece os determinantes principais da crise, e chama a atenção para a única alternativa viável: combater os alicerces do sistema sociometabólico que estão situados no capital.

Mesmo com o sucesso das inovações capitalistas para remediar, temporariamente, seus limites e atenuar os efeitos das contradições do sistema, “[...] os limites do capital permanecem estruturalmente intranscendíveis e suas contradições *fundamentalmente explosivas*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 697, grifos do autor), pois nenhuma das medidas implementadas até então interferiram nos fundamentos do sistema, ou seja, nas causas de seus problemas e contradições, apenas minorou temporariamente alguns de seus efeitos.

Os limites do sistema do capital representam um desafio dinâmico tanto para o capital, quanto para o trabalho. Mézáros (2011) afirma que os limites últimos do capital são

manifestados nos limites da reprodução ampliada do capital, os quais o capital busca confrontá-los e dominá-los, sem considerar as consequências.

O capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a disjunção radical entre produção genuína e autorreprodução do capital é uma realidade que indica graves implicações para o futuro. Dessa forma, os limites do capital não podem mais ser encarados como apenas obstáculos materiais à produtividade de riqueza do capital, mas como um risco à própria sobrevivência da humanidade. Os limites do capital podem se voltar contra o próprio capital quando este não for mais capaz de assegurar as condições de sua “autorreprodução destrutiva”, resultando no colapso do seu sociometabolismo.

No Brasil ampliam-se as consequências da crise estrutural, por se tratar de um país periférico e subordinado aos países centrais. A forma de enfrentamento à crise iniciou-se a partir da década de 1990, com a implementação da política neoliberal⁵. Isto possibilitou a diminuição da destinação dos recursos públicos para as políticas sociais e, por conseguinte, das intervenções do Estado sobre as expressões da “questão social”.

4 A PANDEMIA DE COVID-19 E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL

O ano de 2020 foi marcado pelo enfrentamento da pandemia da Covid-19, que se alastrou rapidamente entre os países, contaminando e levando a óbito milhões de pessoas. No Brasil, houve uma grande resistência de governantes e empresários para a implantação das medidas de isolamento social. Assim, coube a estados e municípios emitirem decretos com as regras de distanciamento social e protocolos de fechamento e reabertura de atividades econômicas e de lazer, em fases periódicas, de acordo com o avanço ou o retrocesso no número de casos e mortes em cada localidade.

Em pouco tempo, as atividades de trabalho e estudos passaram a ser forçadamente realizadas de forma remota, através da utilização de recursos tecnológicos vinculados à internet. Esta adaptação, além de forçada, foi abrupta, sem o devido planejamento e capacitação. As empresas se esvaziaram de funcionários e também de equipamentos; salas e prédios alugados foram desocupados, e os salários também foram afetados⁶.

⁵De acordo com Santos (2016, p. 170): “[...] o neoliberalismo defende a ideia de diminuição da intervenção estatal na economia, de forma que prioriza estabilidade monetária, a qual só pode ser assegurada mediante a contenção dos gastos sociais e a manutenção de uma taxa “natural” de desemprego, associadas a reformas fiscais, com redução de impostos para os altos rendimentos”. Para Behring e Bochetti (2007, p 156), o neoliberalismo provoca mudanças expressivas nas políticas sociais de forma que passam a se caracterizar como privatizadas, focalizadas e descentralizadas.

⁶Em julho de 2020, o governo brasileiro instituiu um programa emergencial, através da lei 14.020, instituída com os objetivos de preservação do emprego e da renda, a garantia da continuidade das atividades laborais e

De tal modo, os trabalhadores envolvidos na adaptação às atividades remotas tiveram de buscar meios dos mais criativos para ajustar também seu ambiente doméstico e o convívio familiar a uma rotina de empresa. Em geral, ainda estamos começando a perceber as consequências deste processo, mas já é perceptível um nível elevado de adoecimento físico, majoritariamente por Covid-19, mas também mental, mediante o aumento da fadiga, da depressão, do pânico, da ansiedade etc.

No Brasil, como indicamos, a taxa de desocupação aumentou para 14,1% (IBGE, 2021), o que corresponde a aproximadamente 14 milhões de pessoas; em consequência, cresceu também a desigualdade social, associada a uma maior concentração de renda, sendo o 1% mais rico da população que detém quase um terço da renda nacional⁷ (COSTA, 2020). Contraditoriamente, as grandes empresas e multinacionais estão lucrando ainda mais neste período, tais como: vendas online, redes sociais, serviços de streaming, comunicação e principalmente os bancos, fazendo frente aos pequenos e médios negócios, que em sua maioria quebraram em decorrência da crise já instalada antes da pandemia. De acordo com o relatório “Poder, Lucros e Pandemia”, produzido pela organização [Oxfam](#) (2020), enquanto milhões perdem empregos e renda, alguns poucos super-ricos ficam ainda mais ricos na pandemia. Apenas nos três primeiros meses da pandemia de coronavírus, os 25 maiores bilionários do mundo aumentaram sua riqueza em US\$ 255 bilhões.

Contudo, com a paralisia de alguns ramos da produção industrial, as expectativas são de queda histórica nos PIBs dos países centrais e periféricos. Ao que tudo indica, a crise estrutural vem se aprofundando cada vez mais. Contudo, o capital não pode deixar os fatores de bloqueio impedirem seu processo de expansão e acumulação contínuos. Por isso, ele cria ajustes necessários para manter a sua autorreprodução. Dentre eles, estão as formas diferenciadas de exploração da força de trabalho, através de recursos e estratégias tecnológicas que contribuem para sua manutenção. Ou seja, em suma, a maior prejudicada pela crise do capital é a classe trabalhadora.

Embora a realização de *lockdowns* tenha sido a primeira estratégia utilizada globalmente para barrar a disseminação do vírus – associada à utilização individual de máscara e à higienização das mãos –, observamos que só é possível a realização desses períodos nos países centrais, porque nos países periféricos este tipo de proteção à população fica inviabilizado, visto que os países periféricos concentram os maiores índices

empresariais, visando a redução dos impactos decorrentes das consequências do estado de calamidade pública, decretado em razão da crise sanitária causada pelos adoecimentos por Covid-19. Maiores informações disponíveis em <https://www.caixa.gov.br/beneficios-trabalhador/beneficio-emergencial/Paginas/default.aspx>.

7 Fonte: Word Inequality Database, 2020.

de exploração da mais-valia, inclusive absoluta, vital para a reprodução do capital e a manutenção da reprodução da força de trabalho nos países centrais. De tal modo, a paralização temporária das atividades econômicas não pode se estender por mais tempo. Por isto, a alternativa do capital para a saída do contexto pandêmico foi a realização da vacinação em massa⁸.

Todo esse contexto instalou uma situação geral de medo e incertezas quanto à garantia da preservação da saúde e da reprodução social de milhares de pessoas em escala global. Com estabelecimentos comerciais fechados em diversas regiões do mundo, o consumo de mercadorias e a circulação do capital foram fortemente impactados. A parcela da classe trabalhadora que vive do comércio e de setores de serviços em geral ficou sem renda diária para garantir suas necessidades imediatas. Com as fábricas e as indústrias com suas atividades de produção paralisadas, não é possível extrair excedente de trabalho e garantia de lucro, comprometendo o processo contínuo de expansão e acumulação do capital. Processo este que já estava demonstrando grandes sinais de dificuldade de continuação e permanência acelerada deste a década de 1970, quando se tem início a crise estrutural do capital, de acordo com Mészáros.

Por isso, mesmo com a justificativa popularmente aceita pela qual a atual crise econômica seja uma consequência imediata da pandemia, observamos que, antes disso, no ano de 2019, o mercado financeiro mundial estava dando fortes sinais de desestabilização e trazendo o prenúncio de uma grande crise econômica de caráter mundial. Com o crescimento do desemprego nos países centrais, a redução na produtividade das indústrias (principalmente automobilísticas europeia desde 2017) e o crescimento dos investimentos no mercado financeiro, em detrimento dos investimentos no setor produtivo, gerando um aumento do capital fictício, desde fevereiro de 2020, registra-se uma queda vertiginosa das principais bolsas de valores em todo o mundo, que veio a apresentar singela alta em março de 2020, depois dos anúncios das medidas adotadas pelo governo americano⁹; além disso, houve a baixa no preço do petróleo, provocada pelo aumento do petróleo da Arábia Saudita disponível para venda, exportação; no Brasil, desde 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, a crise econômica se expandiu, com o início de um período inflacionário e não dá

8 Desenvolver uma vacina eficaz e segura costumava levar décadas, porém as primeiras vacinas contra a Covid-19 demoraram menos de um ano para serem desenvolvidas. Devido ao avanço da produção científica, as primeiras vacinas – Pfizer e BioNTech – foram produzidas em 10 meses. É um período de tempo sem precedentes na história.

9 Os pacotes de estímulo à economia do governo americano foi um primeiro pacote de 2,2 trilhões de dólares em março de 2020 e um segundo, de 900 bilhões de dólares. As maiores “ajudas” financeiras do Estado americano registrada em “tempos de crise”.

indícios de controle, etc. Como já não bastasse todos estes fatores em ebulição no mercado global, a proliferação da Covid-19 coincidiu com esse contexto anterior, agravando-o.

Como resposta a essa recessão que já se colocava no cenário global antes da generalização da Covid-19, os governos procuram desesperadamente atender as novas demandas do capital em crise, remodelando estratégias de ajuda. Se o slogan neoliberal sempre defendeu “menos Estado”, são justamente os países dominados por este modelo político que recorrem a medidas do “mais Estado”. Assim, o Estado presta seu papel de salvaguarda do grande capital. E, diante da ameaça de crescimento do pauperismo, em diversos países, tal como também no Brasil, foram anunciadas medidas de manutenção da renda dos trabalhadores e outras formas de assistência. Isto com o objetivo de não piorar a situação econômica com mais uma crise provocada pela falta de consumo. Por isso, observa-se que este Estado está presente quando se trata de resguardar os interesses de reprodução desse sistema sociometabólico.

O aumento do pauperismo no Brasil é inequívoco nos tempos de Covid 19 e vem crescendo à medida que se estende a atual recessão econômica, agudizada pela grande quantidade de adoecimentos e óbitos. Como indicamos, o pauperismo é uma expressão do desenvolvimento do sistema do capital e se relaciona à sua reprodução, tornando-se consequência necessária dele.

Observa-se um movimento de aumento de famílias cadastradas no Cadastro Único da Assistência Social (CadÚnico) como em situação de extrema pobreza. Sendo 13,5 milhões em condição de extrema pobreza, em março de 2020 e 18,4 milhões em maio de 2022 (SAGI, 2022). Vejamos o gráfico abaixo:



Fonte: SAGI (2022).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) identificou desde 2014 um aumento palpável do empobrecimento na região. Informações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2018, confirmavam que o Brasil vinha seguindo essa tendência. Nesse ano, aproximadamente 52,5 milhões de brasileiros estavam alinhados ao contingente pobre do país, e mais 13,5 milhões de pessoas na linha de pobreza extrema. Em 2020 já se tinha quase 14 milhões de pessoas compondo esse segundo quantitativo, engrossando as fileiras daqueles que dependem quase exclusivamente do auxílio emergencial¹⁰ para sobreviver nos tempos de pandemia causada pela Covid-19 (IBGE, 2020). As políticas sociais implementadas de caráter neoliberal, não propiciam o real enfrentamento a estes problemas. Apenas os amenizam.

Como a realidade tem demonstrado, a instituição de um auxílio emergencial através do repasse direto de renda é uma iniciativa absolutamente ineficaz em relação à redução do pauperismo, mas de maneira imediata pode proporcionar pelo menos o alívio da fome e algum impacto contra a disseminação viral. Na ausência do referido auxílio, as pessoas que hoje compõem o substrato mais empobrecido da sociedade brasileira estão relegadas à própria sorte ou a iniciativas filantrópicas pontuais.

O que se percebe é um processo de pauperização absoluta¹¹ daqueles que perderam seus empregos, assim como daqueles que se mantêm em casa, impossibilitados de trabalhar, dependendo de um auxílio emergencial, pois verifica-se inequivocamente uma queda geral do padrão de vida, associado ao medo da fome e da morte por adoecimento físico. Além disso, entre aqueles que se mantiveram em suas ocupações com salários reduzidos, há um processo de pauperização relativa, uma vez que, mesmo produzindo

¹⁰Instituído pela Lei n. 13.982. de 2020, o auxílio emergencial previu o repasse de R\$ 600,00 mensais (inicialmente por três meses) a trabalhadores informais e de baixa renda, e de R\$ 1.200,00 às famílias chefiadas por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esse auxílio começou a ser pago no mês de abril e foi até o mês de dezembro de 2020. O valor estimado empreendido pelo governo para o pagamento do auxílio naquele ano foi de 322 bilhões de reais. Em 2021, o benefício foi prorrogado inicialmente com 4 parcelas. Os valores são de 150 reais para solteiros, 250 reais para famílias e 375 reais para mães solteiras. Segundo o relatório do Ministério da cidadania, os dados disponíveis até 14 de dezembro de 2020, registrou que 67,9 milhões de pessoas haviam sido beneficiadas diretamente com o Auxílio Emergencial. Isto representa 1/3 da população brasileira, estimada em 211,75 milhões de habitantes para 2020, de acordo com o IBGE. No total, o Auxílio Emergencial destinou cerca de R\$ 294 bilhões para os beneficiários. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>

¹¹O pauperismo absoluto e relativo em Marx aparece relacionado ao montante de riqueza produzido, estando ligado diretamente à exploração da força de trabalho para a produção de mais valia, observando-se a razão entre o tempo de trabalho necessário e excedente da jornada de trabalho. Diz-se que há um empobrecimento absoluto quando as condições gerais de vida da classe trabalhadora caem, seja pela baixa dos salários, pela queda dos padrões de alimentação e moradia, aumento do desemprego, bem como a intensificação do ritmo de trabalho. A forma relativa de extração de mais valia acontece pela redução do tempo de trabalho necessário a formação do salário seguida do aumento do tempo de trabalho responsável pela formação do excedente. (NETTO; BRAZ, 2008).

igualmente ou mais do que antes em seus postos laborais, houve uma diminuição sensível dos seus ganhos, comprometendo a sua reprodução e da sua família.

Portanto, temos no Brasil a combinação de processos reiterados de pauperismo relativo e absoluto, com destaque para este último, tendo em vista que milhares de trabalhadores foram largados à sua própria sorte, e os níveis de precariedade daqueles que se mantêm ativos mostram-se cada vez maiores.

5 CONCLUSÃO

Diante da crise econômica atual, são previsíveis as piores consequências para a classe trabalhadora. O aprofundamento da exploração do trabalho, o crescimento do pauperismo, a diminuição do real poder de compra dos salários, além das mortes ocasionadas em decorrência da Covid-19, há ainda o aumento da desigualdade social, do desemprego e da barbárie social. Para o capital, há o evidente aprofundamento da sua crise estrutural, a diminuição da taxa de lucratividade, uma crise financeira pior que a de 2008 e a aproximação cada vez maior aos limites do próprio sistema.

Contudo, as determinações estruturais deste sistema deflagram o processo de desenvolvimento das suas contradições mais latentes. Dentre as quais, encontra-se a “questão social” e sua expressão no pauperismo. Mantendo-se este sistema, é infrutífera qualquer tentativa que vise solapar esta problemática.

Há a necessidade real de construção de uma teoria e uma prática alternativa à este sistema socioeconômico. Precisamos buscar estratégias de superação deste sistema de forma a atingir sua raiz, modificar sua estrutura interna, na esfera da produção material. Uma mudança efetiva, que vise superar o capital, só pode acontecer se chegar a atingir a base material da produção da riqueza social.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Relatórios de programas e ações do Ministério da cidadania**. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>. Acessado em 03 de novembro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acessado em 03 de novembro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acessado em 03 de novembro de 2021.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Panorama Social de América Latina**. Santiago: CEPAL, 2019. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44969/5/S1901133_es.pdf. Acesso em abril de 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação teórico-metodológica. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2019**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f1404e8068f13a84a-53a9d0b7ca997e3.pdf. Acesso em abril de 2021.

_____. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 14,1% e taxa de subutilização é de 29,0% no trimestre encerrado em novembro de 2020**. Editoria: Estatísticas Sociais. In: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29934-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-0-no-trimestre-encerrado-em-novembro-de-2020>. Publicado em: 28 de janeiro de 2021. Acessado em: 23 de fevereiro de 2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Vol. I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4ª Edição. Biblioteca básica de Serviço Social; vol. 1. São Paulo: Cortez, 2008.

SAGI, Secretaria de avaliação e gestão da informação. **VIS DATA 3 beta**. Acessado em 15 de agosto de 2022. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bf2hh05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2Jk2CacmCNrMmim66Wp9hphH6WkLjFbtCen9DgiJqdtKiftHSzr6OgvJxu3bKg2cGuof%2F1oaParG23paC605zenqZ96bxUf6mZm%2Bvtv71X8PHPnM2sU8LobaelvKqbPOAQ8aZNu8ZTz7Wnz%2BC6lVy4pJzrnsevs52S&dt1=2020-03-01&dt2=2022-05-01](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bf2hh05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2Jk2CacmCNrMmim66Wp9hphH6WkLjFbtCen9DgiJqdtKiftHSzr6OgvJxu3bKg2cGuof%2F1oaParG23paC605zenqZ96bxUf6mZm%2Bvtv71X8PHPnM2sU8LobaelvKqbPOAQ8aZNu8ZTz7Wnz%2BC6lVy4pJzrnsevs52S&dt1=2020-03-01&dt2=2022-05-01)

OXFAM. **Poder, lucros e a pandemia**: Da distribuição excessiva de lucros e dividendos de empresas para poucos para uma economia que funcione para todos. Nota informativa da Oxfam. Publicado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/poder-lucros-e-pandemia/>. Acessado em 23 de fevereiro de 2021.

PIMENTEL, Edlene. As bases ontológicas da questão social. In. **Boletim do Tempo Presente** - ISSN 1981-3384 Boletim do Tempo Presente, nº 11, de 01 de 2016, p. 1 – 12. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>. Acessado em 05 de abril de 2016.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: EDUFAL, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23ª Edição. 11ª Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COSTA, Machado da. **Como a pandemia amplia a crise da desigualdade social no Brasil e no mundo**. <https://veja.abril.com.br/economia/como-a-pandemia-amplia-a-crise-da-desigualdade-social-no-brasil-e-no-mundo/>. Publicado em: 20 julho de 2020. Acessado em: 23 de fevereiro de 2021.

,